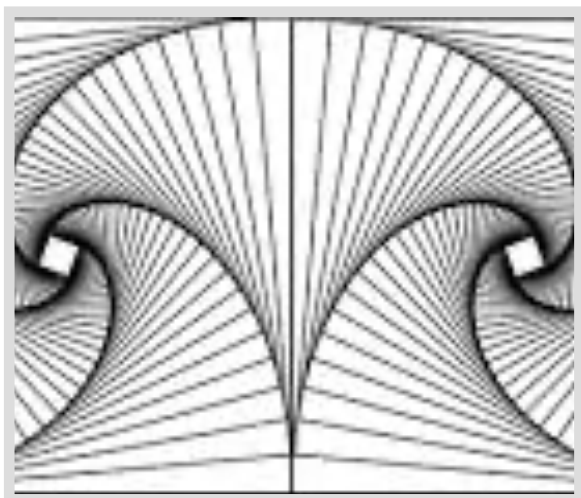


Interseccionalidade e suas potencialidades nos estudos sobre velhices e envelhecimentos LGBTQIA+ no Brasil

Luiz Antonio Ferreira

Guilherme Luiz Pereira Costa



Este artigo se propõe a analisar como a interseccionalidade, abordagem bastante utilizada nos estudos de gênero (Garcia, 2022), pode enriquecer o debate acerca das velhices e dos envelhecimentos LGBTQIA+¹, sobretudo no Brasil, onde os estudos sobre envelhecimentos desse grupo populacional compõem uma temática, de interesse recente, por parte de pesquisadores, constituindo o que Henning (2017, p. 283) chama de “gerontologia LGBT”.

A interseccionalidade, de acordo com Crenshaw (2002), é uma forma de perceber e estudar as relações entre gênero, raça e classe fundamentada na intersecção/encontros entre os eixos de discriminação. A autora cunhou esse termo na passagem dos anos 80 para os 90, a partir da ideia da intersecção, para refletir sobre a realidade de mulheres negras norte-americanas, excluídas dos debates pautados na realidade de mulheres brancas e homens negros.

A interseccionalidade ganha força a partir de suas características e formas de apresentar ao mundo análise e reflexão sobre as realidades sociais, a partir de uma lógica de não hierarquização das opressões, mas sim, com objetivo de compreender as realidades e vivências de sujeitos, até então, às margens dos debates propostos pelos movimentos sociais e acadêmicos.

Ressalta-se, entretanto, que a perspectiva interseccional antes de integrar o campo acadêmico, já era praticada pelas mulheres negras norte-americanas que denunciavam sua situação de exclusão perante os movimentos feministas e negros. A interseccionalidade é algo que pulsa dos movimentos sociais para o campo acadêmico (Collins, 2022; Garcia, 2022).

¹ Adotamos a compreensão de velhices e envelhecimentos, no plural, por entender as diversidades e diferenças na forma de experienciar esses processos dentro da própria população LGBTQIA+, que envelhecem de formas diferentes.

Pela ampla capacidade analítica da interseccionalidade de compreender diversas formas de opressão coexistindo/cruzando, entendemos ser importante empregá-la como uma forma de estudar e pesquisar as velhices e os processos de envelhecimentos que, de acordo com Alves e Araújo (2020) e Franco e Soares (2022), estão permeados por fatores raciais, socioeconômicos, de gêneros e sexualidades que acabam por diferenciar a experiência do envelhecer.

A partir dessas ponderações, nosso objetivo principal é discutir e conceituar a interseccionalidade para, em seguida, debater sobre o envelhecimento LGBTQIA+, de modo a expor como a perspectiva interseccional, ao abranger uma compreensão ampla dos eixos de poder e discriminação e de reconhecimento das diferenças nas diferenças, pode ser de importante instrumento analítico nos estudos sobre envelhecimentos LGBTQIA+, no Brasil.

Definindo e contextualizando a interseccionalidade

A interseccionalidade surge com força e aceitação no campo acadêmico no final do século XX, especialmente entre os anos 1980 e 1990, impulsionada pelo movimento feminista negro norte-americano. Antes de Crenshaw cunhar o termo “interseccionalidade”, para pensar nas dinâmicas e entrelaçamento de poder e exploração entre gênero, classe e raça, o movimento feminista negro já analisava a realidade de exclusão das mulheres negras nos movimentos feministas brancos e mesmo nos movimentos negros, orientado *por e para* homens negros (Garcia, 2022; Collins, 2022; Pereira, 2021).

Ademais, ao definir a interseccionalidade, Crenshaw em um dos artigos que integrou o *Dossiê da III Conferência Mundial Contra o Racismo*, em 2001, publicado pela *Revista Estudos Feministas*, em 2002, traz alguns apontamentos importantes sobre sua abordagem, além de tentar conectar a interseccionalidade ao contexto brasileiro. Em tal artigo, Crenshaw (2002) indica seus objetivos em expor uma estrutura provisória, como uma ferramenta heurística, para analisar como discriminação de gênero e discriminação racial operam juntas e delimitam as chances de mulheres negras alcançarem determinadas posições na sociedade.

Para a autora, não se pode pensar as barreiras enfrentadas por mulheres negras por uma ótica de separação e individualização das formas de opressão, como se discriminações de gênero e raça não dialogassem e não se relacionassem. Afirma Crenshaw (2002, p. 08) que “ambas as categorias precisam ser ampliadas para que possamos abordar as questões de interseccionalidade que as mulheres negras enfrentam.”

Crenshaw (2002) aponta como um dos desafios da interseccionalidade, a necessidade de compreender que mulheres negras devem ser protegidas quando sofrem discriminações comuns às mulheres brancas, mas, também, quando sofrem discriminações especificamente baseadas na intersecção entre o gênero e suas “raças”, além de questionar o que há de equivocado perante as noções tradicionais de compreensão das discriminações de gênero e raça,

afirmando que um dos equívocos é pensar essas categorias de forma separada, excluindo as interseccionalidades.

Crenshaw (2002, p. 11) concentra seus esforços em evidenciar e explicar o que acontece quando “diversas formas de discriminação se combinam” e elabora, metaforicamente, para explicar tal combinação, a comparação de eixos de poder/discriminação como ruas. A intersecção, segundo a autora, é como uma rua composta de diferentes direções: norte-sul, leste-oeste que se cruzam com outras ruas e direções e, nesse sentido, ela é o que pode ser denominado de “eixos da discriminação”.

Para exemplificar e tornar mais claro como esses eixos de discriminação ou “ruas” se cruzam, Crenshaw (2002) imagina a discriminação racial como uma rua e a discriminação de gênero como outra; a primeira cruzando para as direções norte e sul enquanto a outra direciona-se para leste-oeste que, por vezes, se encontram e se cruzam, compondo a interseção.

Essa perspectiva em muito se assemelha ao que Lugones (2020) aponta ao analisar as relações entre gênero, raça e classe por uma via interseccional. Ao aprofundar as análises do colonialismo e da colonialidade de poder entranhando-se no campo do sexo, elaborada por Quijano, a autora aponta como a interseccionalidade oferece algo a mais: maiores possibilidades analíticas do que quando se separa as categorias de raça e gênero e ao não percebê-las como fatores que influenciam um ao outro, dentro de um sistema colonial de poder.

Lugones (2020, p. 58) acrescenta que “ainda que na modernidade eurocêntrica capitalista sejamos todos/as racializados/as e um gênero nos seja atribuído, nem todos/as somos dominados/as ou vitimizados/as nesse processo”, para dar conta de uma realidade de opressão que, de acordo com ela, seleciona dominantes dentro de grupos dominados: mulheres brancas heterossexuais em detrimento de mulheres negras heterossexuais, que, por sua vez, estão menos imbricadas em opressão que mulheres negras lésbicas; e dentre os homens, seleciona-se como dominantes os brancos heterossexuais, seguido dos negros heterossexuais, por exemplo.

Em concomitância e explícito diálogo com Crenshaw, há o trabalho de Collins (2022) em que propõe, de forma mais densa, pensar no que se baseia a interseccionalidade, quais os seus elementos teóricos, metodológicos e percepções de mundo. Collins em seu livro *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica* contextualiza a consolidação da interseccionalidade, como forma de analisar determinados marcadores sociais como gênero, raça e classe. Essa consolidação da interseccionalidade, como forma de estudar as nuances de gênero, é ressaltada por Garcia (2022), quando aponta a predominância da interseccionalidade em detrimento da consubstancialidade², por exemplo.

² Forma de estudar as relações entre gênero, classe e raça parecida com as ideias da interseccionalidade, priorizando as relações entre esses eixos, mas com algumas diferenças, como por exemplo, suas origens, que são do movimento feminista marxista francês.

A interseccionalidade, segundo Collins (2022), surge em um contexto de mudanças sociais, de efervescência de lutas anticoloniais, dos movimentos de mulheres, fim da Guerra Fria que, no geral, impulsiona novas formas de perceber as desigualdades sociais. Percebe-se a partir dessas transformações que as desigualdades sociais não se desfazem, mas que seriam necessários novos olhares analíticos.

É, portanto, nesse contexto que a interseccionalidade, que bebe das ideias do movimento feminista negro norte-americano, chega à academia como forma não apenas de análise, mas, também, de práxis. No entanto, a interseccionalidade, como diversas outras abordagens nas Ciências Sociais, torna-se palco de disputas em que muitos sentidos são atribuídos: ora como paradigma, ora como conceito, estrutura, dispositivo heurístico, metodologia ou teoria.

“A interseccionalidade é um projeto intelectual e político amplo e colaborativo com diversos agentes sociais. Sua heterogeneidade não é uma fraqueza; pelo contrário”, diz Collins (2022 p. 18). A heterogeneidade, trazida pela autora como um dos elementos que enriquece a interseccionalidade, pode ser percebida e atribuída como um dos fatores desta abordagem ser, atualmente, a mais escolhida por especialistas para realizar estudos de gênero, de outras realidades de grupos e de sociedade. Assim, segundo Garcia (2022), a interseccionalidade, em comparação à consubstancialidade, possibilita uma gama muito maior de eixos de poder e de intersecção como idade, nacionalidade, etnia, religião e sexualidade, não se fixando nos elementos de gênero, raça e classe.

Um outro elemento importante da interseccionalidade, além da comparação, é seu caráter heurístico, funciona como projeto político e de justiça social, na medida em que propõe e promove soluções para problemas sociais, sugere técnicas de ação e rompe com explicações monocategóricas para problemas complexos (Collins, 2022). Garcia (2022) traz uma série de elementos já citados anteriormente sobre a interseccionalidade, como a insurgência desta a partir dos movimentos de mulheres negras, por exemplo, e a importância da interseccionalidade ao não categorizar e reconhecer os imbricamentos dos encontros entre os mecanismos e eixos de opressões.

A interseccionalidade pode ser vista como um ponto de encontro e cruzamento entre dispositivos de opressão, que produzem diversos efeitos sobre as vidas das pessoas: encontros entre categorias de subordinação, que se amplia não só para as dimensões de gênero, classe e raça mas, também, sexualidade, nacionalidade e idade (Garcia, 2022).

Outras autoras, como Hirata (2014) e Pereira (2021), também tecem suas análises sobre a interseccionalidade como forma de apreender sobre as diversas expressões de desigualdades e as relações entre eixos de discriminação. Hirata, inclusive, faz suas reflexões também estabelecendo contrapontos entre a consubstancialidade e a interseccionalidade. Da mesma forma que Garcia (2022), ao afirmar que a interseccionalidade prioriza a intersecção entre gênero e raça, enquanto a consubstancialidade evidencia os eixos de sexo e classe,

mas que ambas se assemelham no que diz respeito à não hierarquização nas formas de opressão.

Hirata (2014) aponta que uma das críticas feitas pela consubstancialidade à interseccionalidade são as inúmeras categorias analisadas pela última, que mascara as relações sociais mais importantes ao pensar, por exemplo, em questões como religião, etnia, nação e idade, expandindo-as para além de gênero, raça e classe. É a partir dessas críticas da consubstancialidade à interseccionalidade, trazidas por Hirata, que pensamos na interseccionalidade como forma de refletir e estudar o envelhecimento LGBTQIA+ no Brasil, na medida em que se abre a outros eixos de discriminação e marcadores sociais, inclusive duas delas sendo muito importantes nos estudos aqui propostos: idade e sexualidades – ambos fora do escopo de análises da consubstancialidade.

Os eixos centrais da interseccionalidade, segundo Pereira (2021) seriam raça, gênero e classe, no entanto, como já dito anteriormente, sexualidade, geração, religião também passam a ser considerados e pensados como relevantes para compreender os “sistemas de subordinação”.

Pereira (2021) ainda destaca a primazia e o estabelecimento da interseccionalidade, como forma de investigação e análise da realidade social em relação a outras abordagens como a consubstancialidade e a metáfora do nó, pensada por Saffioti. A interseccionalidade ganhou mais visibilidade e impactou as produções acadêmicas e redes de ativismo. A capacidade da interseccionalidade em visibilizar aspectos negligenciados nas produções acadêmicas é um dos pontos fortes apontados pela autora, por possibilitar análises mais amplas, que abarcam “eixos de produção de diferença, desigualdade e hierarquias nas sociedades modernas” que amplifica, também, as capacidades heurísticas e de justiça social da interseccionalidade.

Interseccionalidade para pensar os envelhecimentos LGBTQIA+

Debert e Brigeiro (2012) afirmam que, durante muito tempo, a gerontologia, ciência que se preocupa em estudar a velhice e os processos de envelhecimento, apagou a sexualidade dessa etapa da vida, firmando a ideia entre os pesquisadores e sociedade de um “mito da velhice assexuada”, mas que, atualmente, há um movimento contrário de reconhecer a sexualidade ativa ou erotização da velhice como um dos pressupostos para uma boa velhice.

A concepção de sexualidade na velhice adotada pelos gerontólogos é muito ampla, não se restringe apenas ao ato sexual, mas às diversas formas de experimentá-la: o tocar, a comunhão, o carinho etc. No entanto, apesar das formas de percepção do sexo performado na velhice se transformarem, Debert e Brigeiro (2012) dizem que elas ainda são muito pautadas por uma lógica da heterossexualidade.

As produções que envolvem sexualidades e velhices/envelhecimentos dentro da gerontologia seriam até então pensadas por um parâmetro heteronormativo de ser: a fisiologia sexual, as dinâmicas de conjugalidades, tudo é perceptível e

pensado através de uma “gramática heterossexual” e diz que “(...) a literatura sobre o tema está fortemente afiliada à tendência verificada nas últimas décadas de englobamento das sexualidades tidas normais - heterossexual e vivida no âmbito conjugal - no universo das intervenções dos especialistas (...)” (Debert, Brigeiro, 2012, p. 42)

Essas afirmativas de Debert e Brigeiro (2012) corroboram com o que Henning (2017) chama de “panorama heteronormativo sobre a velhice”. Segundo esse autor, a gerontologia, como também aponta Debert e Brigeiro, baseava seus estudos numa perspectiva unilateral, pensando apenas a velhice heterossexual, no entanto, por volta nos anos 1970, nos EUA, a gerontologia começa a romper com esta noção da gerontologia *mainstream* e passa a refletir sobre uma “gerontologia LGBT”.

Em oposição a essa gerontologia *mainstream*, Henning (2020) aponta que há um crescimento nos estudos sobre gerontologia LGBT, um interesse maior em entender as realidades de pessoas de sexualidades e gêneros dissidentes e que estão envelhecendo ou que já são velhas ganhando, cada vez mais, notoriedade e repercussão em diversas áreas de conhecimento com atuação na saúde, no direito, no cuidado, na psicologia etc.

Essa gerontologia LGBT pode ser pensada como um conjunto de pesquisas que, de forma crescente, marca e caracteriza os estudos sobre envelhecimentos e velhices de pessoas LGBTQIA+ no Brasil. Dentre o leque de trabalhos que se debruçam em estudar estas questões, cita-se Andrea Alves, ainda em 2004, que reflete sobre a realidade de mulheres lésbicas idosas no Rio de Janeiro; de Alves e Araújo (2020); Lima e Silva, Marques e Fonseca (2009); Mota (2009), dentre outros.

Esses estudos, diz Henning (2020), contribuem para que se combata a invisibilidade e o apagamento que esses grupos enfrentam, além de promover a constituição de novos atores sociais/novas identidades. Ação primordial é para que se repense a maneira como as políticas públicas de velhice estão sendo formuladas.

Henning (2013), em suas análises de curso de vida, também salienta o fato de que dentro da comunidade LGBTQIA+ há uma supervalorização da juventude e depreciação da velhice, fazendo com que a qualidade de vida destes seja prejudicada e eleve o quadro de dificuldades existentes.

É nesse contexto que uma perspectiva interseccional nos estudos sobre envelhecimentos pode sedimentar uma compreensão mais ampla e inclusiva das diversas formas de ser uma pessoa idosa. Refletir sobre diversas realidades e experiências, pensando nos cruzamentos e intersecções entre sexualidade, identidades de gênero e idade - temas caros à interseccionalidade, como apontado na seção anterior -, mas não, necessariamente, restringindo a análise nesses aspectos. Elementos como raça e localidade, por exemplo, são significativos por entender que uma pessoa LGBTQIA+ que vive nas regiões interioranas envelhece a partir de uma dinâmica social e cultural diferente daquelas que estão em grandes centros urbanos.

Alves e Araújo (2020), também, apontam a ampliação de horizontes analíticos e compreensivos, acerca das velhices, sob uma perspectiva interseccional, já que mobiliza diversas categorias e eixos de poder em seus estudos, inclusive idade e sexualidade. Ressaltam, também, que apesar de esforços e lutas por garantia de direitos de minorias sociais terem tido inúmeros resultados, ainda são vastas as discrepâncias e desafios que grupos estigmatizados têm de enfrentar.

Os autores salientam a importância de reconhecer as diferenças “intergrupos”, sobretudo na comunidade LGBTQIA+, que se categoriza inclusive cronologicamente por termos como “novinhos”, “bichas velhas”, dentre outros. Acrescentamos aqui que as diferenças intergrupos devem ser pensadas para além dessas subcategorizações, mas, pensar nas diferenças experienciadas por LGBTQIA+ negros e, dentro do recorte deste trabalho, idosos.

Alves e Araújo (2020) afirmam que “marcadores sociais” (podendo ser compreendidos também como eixos de discriminação), ou seja, os encontros das discriminações, constituem-se como fatores que diferenciam as experiências dos envelhecimentos e das velhices, portanto, é compreender que os processos de envelhecimento para uma pessoa negra terá outras nuances assim como para uma pessoa idosa LGBTQIA+ terá outras questões que não farão parte de uma vivência por parte de pessoas idosas heterossexuais e brancas.

Dessa maneira, “acabam por demonstrar que a discriminação e preconceitos para com idosos se intensificam conforme as relações raciais, socioeconômicas, de gênero e sexualidade, repercutindo em maior vulnerabilidade social, psíquica, física (...)”, dizem Alves e Araújo (2020, p. 165).

Franco e Soares (2022, p. 7) também se preocupam, ao assumir o olhar interseccional sobre envelhecimentos LGBTQIA+, em ponderar que não se trata de somar discriminações, mas de compreender como as relações e cruzamentos dessas interseções produzem efeitos diferentes nas vidas das pessoas, isso porque, dizem os autores, pode-se afirmar que homossexuais (e aqui ampliamos o olhar para bissexuais e transexuais e outros dissidentes) sofrem discriminações qualitativas diferentes das discriminações sofridas por idosos cisheterossexuais, embora algumas possam ser comuns e afirmam ainda que “uma perspectiva interseccional evita distorções e invisibilidades no trato dos casos de discriminação e tem o condão de afastar a ocorrência de “superinclusões” e “subinclusões”.

Uma outra ideia, bastante difundida nos estudos sobre envelhecimento LGBTQIA+ é que ela vem acompanhada de um duplo estigma - o de ter uma sexualidade e identidade de gênero lidas socialmente como desviante e o de ser velho, como bem aponta a literatura (Henning, 2017; Santos, Araújo e Negreiros, 2018; Alves e Araújo, 2020).

Esses estigmas, segundo Santos, Araújo e Negreiros (2018), produzem efeitos nocivos nas construções de relações sociais das pessoas LGBTQIA+ idosas, uma vez que encontram como desafios o aceite de si, do outro e o medo do

futuro. Essas dificuldades podem ser entendidas através das discriminações que sofrem em suas trajetórias de vida, em decorrência de sua sexualidade, identidade de gênero e pela forma como a velhice é percebida nesse grupo e no imaginário social como repleto de momentos de solidão, de fragilidades físicas e com perdas de papéis sociais, potencializado ao se pensar a velhice de sujeitos LGBTQIA+.

Knauer (2009) aponta particularidades e desafios que a população LGBTQIA+, quando idosa, pode enfrentar em receber cuidados, por exemplo, além de tensionar sobre a relação que essas pessoas estabelecem com Instituições de Longa Permanência, repletas de medo e receio da violência e discriminação nestes espaços. Os desafios que essa população enfrenta em obter cuidados pode ter como princípio rompimentos de laços, com suas famílias de origem (principal rede de suporte e de cuidado na velhice), fato que se intensifica nos países em que o cuidado partem de parâmetros familistas, caso do Brasil, segundo Passos e Machado (2021).

Reconhecendo essas nuances, entendemos que uma abordagem interseccional pode ampliar os horizontes e possibilidades de estudos a respeito da velhice e dos processos de envelhecimento, em acordo com Crenshaw (2002) que aponta que as leis e as políticas não costumam enxergar o que os indivíduos são em suas pluralidades.

Binnie e Klesse (2012) destacam que idade, geração e intergeracionalidade têm sido aspectos negligenciados dentro dos estudos sobre sexualidades que, por sua vez, acabam por produzir categorias de identidades extremamente fixas e não relacionais. A partir disso, depreendemos que a relação entre sexualidade e gênero não cisheteronormativas e envelhecimento vem sendo excluída dos campos de estudo e compreensão duplamente, tanto nas esferas de estudo sobre envelhecimento (como é o caso da gerontologia) como, também, nos estudos sobre sexualidade e estudos *queer*. São negligenciadas as relações geracionais e sexuais e de gênero em ambos os campos de estudo.

Paiva (2009, p.193), ao pensar sobre o lugar, ou não lugar, dos gays velhos no campo da “inteligência sexual” e as representações sociais em torno deles, questiona o envelhecer de uma pessoa LGBTQIA+, configuraria uma realidade particular à velhice? Como seria o “ciclo de vida homossexual”?

O imaginário em torno do ser velho e da velhice, segundo Paiva (2009), não seria mais de exclusão e de morte social, de perda de acesso aos bens de consumo e de funções importantes no seio familiar, do contrário, seria um processo de “reposicionamento” dos velhos em relação ao laço social, em consonância ao posto por Debert (2020) em reinvenção/reprivatização da velhice, como um processo de positivação e de reposicionamento do velho e da velhice na sociedade, sobretudo impulsionada pelo mercado.

Paiva, no entanto, questiona se essa reinvenção alcançaria todos os sujeitos idosos. As pessoas idosas LGBTQIA+, que rompem com os ideais normativos médicos e midiáticos, seriam incluídos nesta dinâmica ou estariam eles numa posição de corpos abjetos, sujos, poluidores do imaginário da velhice?

Nesse sentido, Paiva (2009) aponta para a necessidade de estudos sobre o envelhecimento LGBTQIA+ no Brasil, que relacionem e pensem nas implicações entre idade/geração e sexualidades. Incluímos aqui, portanto, uma agenda de pesquisa para essas questões, por meio da interseccionalidade que como evidencia-se na seção anterior, abarca diversos eixos de discriminação, dentre eles idade, sexualidade e gênero, além de localizar dentro de uma emergente e grande discussão, o que é a interseccionalidade?

Paiva (2009, p. 205) assinala que “O movimento LGBT, assim como as iniciativas acadêmicas de pesquisa, têm um campo enorme de possibilidades a ser explorado, ao incluir em suas agendas teórico-políticas a questão do envelhecimento homossexual. Esta me parece ser uma aposta no *presente* (...)”.

Conclusões

Diante do discutido e exposto, consideramos que a interseccionalidade - por todas as suas características e formas de analisar as diferenças nas diferenças - pode ampliar de forma significativa as análises e estudos sobre envelhecimento no Brasil, sobretudo para pensar e refletir sobre o envelhecimento de pessoas LGBTQIA+.

Assinalamos, ainda, a interseccionalidade como pertinente para investigar essas questões em detrimento da consubstancialidade, tendo em vista suas amplitudes e capacidades analíticas. Enquanto a última se limita às questões de classe, raça e gênero, a interseccionalidade analisa esses aspectos, mas não se restringe a eles, dando ênfase e importância, também, às implicações de geração e sexualidade.

A interseccionalidade possibilita compreender que discriminações sofridas por pessoas idosas LGBTQIA+ que, embora possam se assemelhar em alguns pontos com as discriminações sofridas por pessoas idosas heterossexuais, são diferentes em muitos outros aspectos, devido a uma série de intersecções entre eixos de discriminações e devido ao duplo estigma referente às sexualidades, gênero e idade.

Para Crenshaw (2002), a interseccionalidade permite compreender e identificar quando diferentes maneiras de discriminação se combinam e afetam as vidas das pessoas. Defendemos que a interseccionalidade torna viável a identificação das intersecções das discriminações envolvendo idade e LGBTQIA+fobia sendo, portanto, uma “ferramenta”, de caráter heurístico bastante poderosa para pensar em ações e políticas para essa população.

Percebe-se que, ao longo do texto, são muitos os questionamentos acerca da realidade, experiências e cursos de vida de pessoas LGBTQIA+ no Brasil, que podem ter respostas através de estudos que explorem a interseccionalidade como via de investigação, o que evidencia a importância e a emergência do que podemos chamar, no momento, de uma agenda de pesquisa.

Referências

- ALVES, Andréa Moraes. Algumas reflexões sobre sexo, idade e cor. *Caderno SRH*, Salvador, v.17, n. 42, p. 357 - 364, 2004.
- ALVES, Mateus Egilson da Silva; ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de. Interseccionalidade, raça e sexualidade: compreensões para a velhice de negros LGBTI+. *Revista de Psicologia da IMED*, v. 12, n. 2, p. 161 – 178, 2020.
- BINNIE, Jon; KESSIE, Christian. The Politics of Age, Temporality and Intergenerationality in Transnational Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and Queer Activist Networks. *Sociology*, v. 47, n. 3, 2012, p. 580 – 595.
- COLLINS, Patricia Hill. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. São Paulo, Boitempo, 2022.
- DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. 3 ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2020.
- DEBERT, Guita Grin; BRIGEIRO, Mauro. Fronteiras entre gênero e sexualidade na velhice. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 80, 2012.
- FRANCO, Vinícius de Moraes; Vlória Maria de Moura. EM TORNO DO SEXO E DO ENVELHECER: A Perspectiva Interseccional, a discriminação e os desafios que atravessam a agência da Pessoa Idosa LGBTI. *Revista Direitos Humanos e Democracia*, v. 10, n. 19, p. 1 - 19, 2022.
- GARCIA, Amanda Kovalczuk de Oliveira. Interseccionalidade ou consubstancialidade: faz diferença para pensar a diferença?. *Revista Novos Rumos Sociológicos*, v. 10, n. 8, 2022.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, v. 26, n. 1, 2014.
- HENNING, Carlos Eduardo. Nas tensões eróticas da gerontofobia e da gerontofilia: uma etnografia de homens que mantêm práticas sexuais homoeróticas na meia idade e velhice. In: *(Contra)pontos: ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual: cursos de vida e gerações*. PASSAMANI, R. Guilherme (Org.). Campo Grande, Editora UFMS, 2013.
- HENNING, Carlos Eduardo. Gerontologia LGBT: velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos “idosos LGBT.” *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 47, p. 283 - 323, 2017.
- HENNING, Carlos Eduardo. A gerontologia e a construção de pressupostos para um envelhecimento bem sucedido entre idosos LGBT. In: ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes; SILVA, Henrique Salmazo (Org). *Envelhecimento e velhice LGBT: práticas e perspectivas biopsicossociais*. Campinas, São Paulo, Editora Alínea, 2020.
- KIMBERLE, Crenshaw. A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. *Revista Estudos Feministas*, n. 1, 2002.
- KNAUER, N. LGBT elder law: toward equity in aging. *Harvard Journal of Law and Gender*, Cambridge, v. 32, p. 300-358, 2009.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org e Intro). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020

LIMA E SILVA, Viviane Xavier; MARQUES, Ana Paula de Oliveira; FONSECA, Jorge Luiz Cardoso Lyra da. Considerações sobre a sexualidade de idosos nos textos gerontológicos. *Rev. Bras. Geria. Gerontol*, v. 12, n. 2, p. 295 - 303, 2009.

PAIVA, Crístian. Corpos/Seres que não importam? Sobre homossexuais velhos. *Bagoas*, n. 04, p. 191 – 208, 2009.

PASSOS, Luana; MACHADO, Danielle Carusi. Regime de cuidados no Brasil: uma análise à luz de três tipologias. *R. Bras. Est. Pop.* v. 38, p. 1 - 24, 2021.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. *Civitas*, v. 21, n. 3, p. 445 – 454, 2021.

SANTOS, José Victor de Oliveira; ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de; NEGREIROS, Fauston. Atitudes e estereótipos em relação à velhice LGBT. *Interdisciplinar*, São Cristóvão, v. 29, p. 57 - 69, 2018.

Data de recebimento: 03/05/2024; Data de aceite: 10/06/2024

Luiz Antonio Ferreira – Cientista Social pela UERN. Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS/UFRN). Membro do Laboratório de Pesquisas sobre Interseccionalidades e Saúde - LIS/UFRN. Membro do Grupo de Pesquisa Informação, Cultura e Práticas Sociais - BITS/UERN. E-mail: antonioluiz094@gmail.com

Guilherme Luiz Pereira Costa. Mestre em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2020), Brasil. E-mail: guilhermlpcosta15@gmail.com